

## Memória, Identidade e Patrimônio Quilombola.

### *Memory, Identity and Quilombola heritage*

Rodrigo da Costa Segovia<sup>1</sup>; Davi Kiermes Tavares<sup>2</sup>; Gisele Dutra Quevedo<sup>3</sup>; José Paulo Seifert Brahm<sup>4</sup>

<sup>1</sup>rodrigo.turismo.unipampa@gmail.com, Universidade Federal de Pelotas;

<sup>2</sup>dakitaa@yahoo.com.br, Universidade Federal de Pelotas;

<sup>3</sup>gisele.quevedo.ppgmspc@gmail.com, Universidade Federal de Pelotas;

<sup>4</sup>josepbrahm@hotmail.com, Universidade Federal de Pelotas

#### Resumo:

Este artigo visa analisar a Comunidade Quilombola, sua memória e identidade, nesse contexto busca-se dialogar com a pesquisa que está sendo desenvolvida junto a Comunidade Quilombo Madeira, bem como com o projeto para conclusão do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Sendo assim não foi possível deixar de fazer colocações relacionadas a Comunidades Quilombolas, em primeiro momento abordam-se questões relativas ao termo quilombola, logo a pós uma breve apresentação da comunidade onde a pesquisa está sendo efetuada e por final acerca-se com maior ênfase as discussões sobre Memória e Identidade.

**Palavras Chave:** Comunidades Quilombolas, Patrimônio, Memória, Identidade.

#### Abstract:

This article aims to analyze the Quilombo Community, its memory and identity, in this context seek to dialogue with the research being developed with Community Quilombo Madeira, as well as the project for completion of the Master in Social Memory and Cultural Heritage of the Federal University Pelotas. Therefore could not fail to make settings related to Quilombo Communities, in the first instance approach to issues relating to maroon term, immediately after a brief introduction of the community where the research is being carried out and end about themselves with greater emphasis the discussions on Memory and Identity

**Keywords:** Quilombo Communities, Heritage, Memory, Identity.

#### Introdução

O interesse pelo estudo em Comunidades Quilombolas, Memória e Identidade surge ao cursar a graduação em Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Pampa, por ocasião de ter participado do Programa de Educação Tutorial – PET História da África, ao conhecer as comunidades quilombolas da região de abrangência da UNIPAMPA, desenvolvemos atividades de ensino, pesquisa e extensão. Onde aplicávamos atividades relacionadas à Lei 10.639/03<sup>1</sup> que versa sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio da rede de ensino pública e estadual, neste caso as atividades desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial foram aplicadas no município de Jaguarão, Rio Grande do Sul.

No decorrer das atividades do Grupo PET foram efetuadas leituras e discussões relacionadas à história, memória, patrimônio e turismo assim possibilitando desenvolver o trabalho de conclusão da graduação denominado Comunidade Quilombo Candiota: Turismo Étnico e Cultural.

---

<sup>1</sup> Esta lei foi substituída pela Lei 11645/2008, acrescentando o estudo dos grupos indígenas

Para compreender melhor as questões relacionadas à memória busca-se tentar entender as indagações que surgem com o passar dos anos, nas fases da vida, em primeiro momento queremos entender, descobrir tudo, seja porque não temos maturidade suficiente, nem vivências, em seguida reclamamos que tudo passa muito rápido, que estamos ficando velhos, mas ao analisarmos nossas atitudes, feitos, somos amparados pela memória, assim possibilitando refletir quase sem querer ao acessar as lembranças, sejam elas construídas através de um espaço, relação com pessoas, seja membros da família ou amigos, e objetos durante o período da infância, ou quando adultos, pelas percepções, sons e/ou fazeres.

Conforme HALBWACHS (1976) coloca que são “lembranças que são mais facilmente fixadas em nossa memória por influências externas, como: linguagem, família, religião, tempo e espaço”.

Essas lembranças nos remetem a locais e estando situada nos locais possibilita com que os mesmos se tornem sujeito portador de uma recordação vindo a ultrapassar amplamente a memória dos seres humanos, sem importar se a memória é denominada forte ou fraca.

Segundo Sombra (2014) “toda memória é o produto de um contexto social”, ainda acrescentando que “toda a memória é o produto de debates públicos entre o que pode ser dito e ouvido e escutado, entre o que se pode lembrar e o que ignorar e esquecer”, sendo assim entende-se que a memória faz sua seleção de maneira múltipla conforme suas vivências e realidades seja na esfera política, social ou coletiva, envolvendo fatores externos ao indivíduo.

Não seria possível escrever este artigo sem dialogar com a pesquisa que está sendo desenvolvida junto à comunidade, apresenta-se no decorrer da próxima página a Comunidade Quilombo Madeira, localizada no interior do município de Jaguarão, ao sul do Rio Grande do Sul, seus moradores estão nesse território a longos anos, mas somente no ano de 2010 foram reconhecidos como quilombolas.

O conceito de Quilombolas sofre mudanças conforme aumenta o número de pesquisadores com diferentes formações, uma delas apresenta o termo Quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 1999, p.47).

Nesse entendimento o quilombo é o local de esconderijo, de fuga dos senhores, de difícil acesso e de ser encontrado, entretanto temos outros conceitos apresentados onde o mesmo autor coloca que existem quilombos produtivos.

A Comunidade Quilombo Madeira está localizada no interior do município de Jaguarão, no ano de 2010, existiam 60 famílias residindo na comunidade, mas no decorrer destes anos muitos jovens migraram para a cidade em busca de trabalho e estudo. Segundo entrevista proporcionada pelo senhor Antonio Lima de Faria, para a publicação da revista

“Revelando os Quilombos no Sul” comenta que “Meu vô nasceu na África e foi vendido como escravo no Brasil” a Vila Madeira deve ter cerca de 200 anos se analisarmos as memórias relatadas do membro mais antigo da família Madeira.

Todos os moradores possuem alguma ascendência africana e história em comum, pois pertence à mesma família e residem na comunidade, sendo assim decidiram formar uma comunidade quilombola embasados no Decreto 4.887/03, que garantiu à comunidade o direito de auto-identificação. Reivindicando a Fundação Cultural Palmares o reconhecimento à condição quilombola.

A Comunidade Quilombo Madeira foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 19 de fevereiro de 2010.<sup>2</sup> Segundo informações obtidas junto ao INCRA, são 60 famílias pertencentes à comunidade onde ocupam 40 hectares.<sup>3</sup>

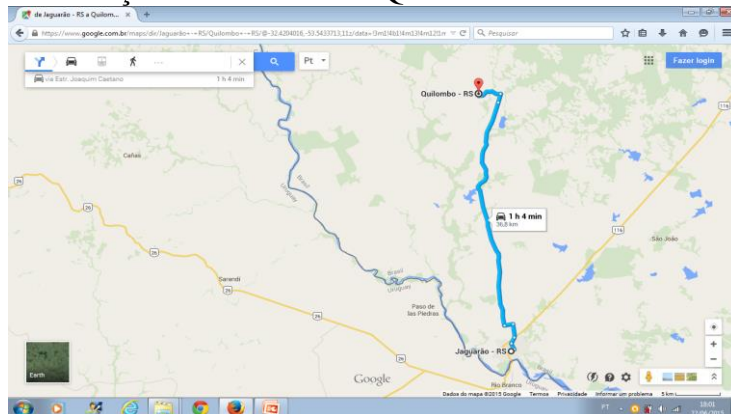
<sup>2</sup>BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**. Brasília. 2015. In:

<http://www.palmares.gov.br/> Acesso em 12-06-2015 as 09:20h.

<sup>3</sup>INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Brasília. 2012. In:

<http://www.incra.gov.br/portal/> Acesso em 22/06/2015 as 09: 35h

Localização da Comunidade Quilombo Madeira.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/dir/Jaguar%C3%A3o+-+RS/Quilombo+-+RS/@32.4204016,->

Verificou-se que o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares já aconteceu, entretanto, o processo de regulamentação da comunidade junto Ao Instituto de Cidadania e Reforma Agrária ainda está em processo.

Comunidade	Município	Nº de famílias	Área (hectares)
Tamanduá	Aceguá	16	Cerca de 200
Vila da Lata	Aceguá	17	Cerca de 5
Vila Progresso	Arroio do Padre	14	1,75
Quilombo de Candiota	Candiota	33	700
Cerro das Velhas	Canguçu	22	92,7
Estância da Figueira	Canguçu	8	8
Maçambique	Canguçu	56	111
Lichiguana	Cerrito	19	48
Serrinha do Cristal	Cristal	85	400
Madeira	Jaguarão	60	40
Vó Ernestina	Morro Redondo	Cerca de 20	Cerca de 20
Bolsa do Candiota	Pedras Altas	7	Cerca de 0,62
Várzea dos Baianos	Pedras Altas	26	3,5
Solidão	Pedras Altas	4	70
Algodão	Pelotas	70	37,5
Alto do Caixão	Pelotas	33	116
Vó Elvira	Pelotas	Cerca de 20	Cerca de 5
Rincão do Quilombo	Piratini	80	1.500
Tio Do	Santana da Boa Vista	40	Cerca de 60
Coxilha Negra	São Lourenço do Sul	30	55
Monjolo	São Lourenço do Sul	25	30
Quilombo de Picada	São Lourenço do Sul	17	4
Rincão das Almas	São Lourenço do Sul	70	50
Torrão	São Lourenço do Sul	19	7

Mutuca	Turuçu	25	150
<b>Total: 25</b>	<b>14</b>	<b>849 famílias</b>	<b>3.707 ha.</b>

Fonte: <http://www.incra.gov.br>

Tendo o interesse conforme apresentado anteriormente em pesquisar na comunidade quilombola buscou-se mudar a maneira de efetuar o processo do trabalho a ser desenvolvido, muito das vezes o pesquisador vai até a comunidade com o olhar de buscar um objeto de estudo para compor a memória individual e/ou coletiva dos moradores, muitas vezes criando conflitos, neste caso o trabalho parte da premissa de uma construção junto aos moradores da comunidade visto que os conflitos podem relacionar-se com a questão de conflitos de memória, em torno da memória, políticos, de reconhecimento, entre outros.

Em relação aos conflitos de memória, Ferreira (2009, p. 3) aponta que:

Poderíamos aproximar também essa ideia de luta pelo reconhecimento com a de disputas no campo memorial, do qual o patrimônio é a expressão complexa e passível de instrumentalização. A ideia de conflitos de memória vincula-se, num primeiro olhar, às representações de passados trágicos, imersos na dor coletiva, nos ressentimentos e manipulações, sobretudo de caráter político.

Muitos desses conflitos estão ligados ao período escravista e dos acontecimentos pós-escravidão incluindo a vinda de outras pessoas que não são da comunidade, das vivências dos moradores em outros locais, ou seja, da sociedade com os quilombolas.

O processo de reconhecimento ou de reconhecer-se como remanescente de quilombolas não é simples visto que por longo período de tempo o Quilombo era sinônimo de transgressão, local de fugitivos, de escravos que não queriam trabalhar e revoltos. Gerando assim um esquecimento, rompimento com o passado, com a própria identidade. Candau (2004, p. 79-80) a apresenta a ideia de esquecimento:

Em el seno de una misma sociedad, es posible distinguir períodos en los que se valoriza más el olvido y otros en los que se lo niega, ya que la dosificación (consciente o inconsciente, semiespontánea o semivoluntaria) entre los recuerdos y su amnesia total es siempre una operación sutil e delicada.

Recentemente alguns estudos apresentam o termo Remanescente de Quilombos em uma perspectiva étnico-cultural, reconhecendo os saberes e fazeres ligados a terra, tornando assim legítima o processo de reconhecimento.

No sul do estado do Rio Grande do Sul, o reconhecimento de terras das comunidades negras rurais deu início a partir das políticas vinculadas a Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>.

Art.68. Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Já no decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades negras rurais de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades quilombolas serão atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

<sup>4</sup> Constituição Federal de 1988.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Conforme Maestri (1984, p.136) aponta que, durante a Revolução Farroupilha, muitos escravos procuravam a fronteira ou o aquilombamento, para sentir-se mais seguros em relação ao conflito.

Ao estarem em uma região de fronteira existia a possibilidade de tornarem-se transeuntes, de um lado para outro dessa linha, assim uma hora estavam no Brasil outra no Uruguaçu.

Nesse caso a memória dos moradores da comunidade pode estar relacionada à fronteira uma vez que a comunidade está situada nessa região, entretanto é necessário compreender que os períodos temporais são outros alterando a identidade dos moradores da comunidade, gerando outros fluxos de registros e usos da memória.

Conforme apresenta FERREIRA (2012 p.07) O patrimônio, abordado nesse contexto, saiu de seus domínios tradicionais (arte e história), superando o que se apresentava como material, edificado, monumental, e foi filiando-se a uma abordagem de ênfase antropológica, na qual patrimônio se aproximava de manifestações que caracterizam a diversidade cultural nacional.

Ao falarmos em patrimônio logo pensamos em bens materiais, como automóveis, imóveis e isto são justificados em função da origem da expressão “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater* famílias, pai de família.” (FUNARI&PELEGRINI 2006).

No projeto em desenvolvimento para a conclusão do programa de mestrado o patrimônio será analisado no contexto social dos moradores da comunidade sendo assim segue a baixo alguns termos para melhor compreensão.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em conferência realizada em Paris no ano de 1972, apresentou a definição de patrimônio cultural e natural nos artigos que veremos a seguir:

#### **I - Definições do patrimônio cultural e natural**

##### **Art. 10**

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

*Os monumentos* – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

*Os conjuntos* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da

história, da arte ou da ciência.

*Os locais de interesse* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

##### **Art. 20**

Para fins da presente Convenção, serão considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupo de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto da ciência, conservação ou beleza natural.

Entretanto a origem ainda segue ligada ao indivíduo assim tornando difícil sua ligação ao contexto de uma sociedade atual ou de uma comunidade. Nesse caso que tipo de visão se tem do patrimônio atualmente? Podemos entender que esses podem ser relacionados ao conceito de semióforos, como aponta CHAUI (2006.p. 117);



Pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, estandartes, pinturas em navios e em escudos, relíquias podem ser semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, e, destinados exclusivamente à visibilidade e a contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência. Um semióforo é algo único (por isso dotado de aura) e uma significação simbólica dotada de sentido para uma coletividade.

A ideia de patrimônio coletivo refere-se ao legado cultural de uma sociedade, neste caso possibilitando compreender a relação desses quilombolas com os demais integrantes da comunidade, seus saberes e fazeres, momentos de confraternizações e usos do território, buscando o conceito de patrimônio como bens de qualquer natureza, pertencentes a esses atores sociais, seus valores culturais propriamente ditos ajudando na continuidade da formação da memória e identidade quilombola.

Sendo assim, existe a possibilidade de relacionar o patrimônio, memória e identidade na perspectiva de aproximar os laços entre coletividade e bens de valor cultural onde MAGALHÃES (2005.P.22) apresenta que:

O patrimônio cultural, enquanto testemunho de nosso passado, tem assumido uma importância cada vez maior no seio da sociedade, primeiro, modernas, depois, pós-modernas. Um conjunto de factores, iniciados com as revoluções inerentes à fundação da sociedade moderna, conjugados com outros que marcaram este mesmo período, como as duas guerras mundiais, conduziu a exaltação do patrimônio como objectivador das identidades nacionais.

Ao buscar nessas memórias lembranças desses quilombolas evocamos muitas vezes as vozes do passado, presente e quem sabe de um projeto de futuro, seja em questões referentes ao território ou ao patrimônio, visto que o patrimônio por si só não tem representatividade. Para se tornar referência o patrimônio deve ser reconhecido pela coletividade assim favorecendo a percepção e a valorização da sociedade sobre as diferentes manifestações culturais que formam as identidades.

O entendimento de identidade mutável, em movimento está relacionado com o movimento de transformação do tempo e espaço onde tudo é construído, apagado e reconstruído conforme seja conveniente para essa sociedade. AGIER (2001 P.11) apresenta que:

A realidade é “construída” pelas representações dos atores, e essa construção subjetiva faz parte da própria realidade que o olhar do observador deve levar em consideração. A abordagem construtivista da identidade vai mais longe que a simples recontextualização da questão. Dois momentos podem ser distinguidos na análise: por um lado, a necessidade experimentada por alguns grupos, categorias ou indivíduos de edificar, nesse ou naquele contexto, fronteiras simbólicas (é o momento da identidade); por outro, o processo de edificação ela própria, ou seja, o momento da criação cultural, que se define sempre no quadro precedente.

Essas identidades não são únicas, elas estão fragmentadas, construídas ao longo do tempo, seja através da criação de um discurso seguindo o processo lógico de mudança e transformação mantendo um vínculo com as memórias históricas. E para acessar esse passado, em busca dessa identidade recorreremos as nossas memórias recontando as histórias, ou seja, buscando reconstruir o passado através da memória. Brandão (1987, p.64) apresenta a seguinte reflexão sobre a relação passado e presente:

Temos hoje da crítica da História a certeza de que os homens falam sobre o passado pensando o presente e de que a memória social do acontecido não é mais do que a imaginação coletiva do acontecendo. Sabemos que não é apenas cada falante que recorda o momento vivido da memória de sua cultura, produz (dele e dela) uma interpretação pessoal,

entre outras, como sabemos também que, em uma mesma pessoa que lembra, o próprio ato da lembrança tem a sua história e inscreve-se no contexto de como a cada vez, quem lembra vive, como um gesto e uma biografia, este contexto, nesta história. Podemos acrescentar ainda que, tornada uma experiência subjetiva e individualizada (as duas coisas são diferentes), a lembrança dos fatos sociais inscrita em uma e como uma biografia, é, sempre, fortemente carregada de sensibilidades, imbuída de afetos vividos e revisitados quando reditos, por exemplo, em um diário pessoal ou em uma entrevista de pesquisa.

Para falar de memória é necessário compreender que em seu espaço de tempo o homem cria maneiras de deixar seu registro, buscando recursos, expressões simbólicas, seja através da fala, escrita ou desenho, nesse contexto que as memórias se configuram como forma de compartilhamento entre integrantes de um determinado grupo social.

Seguindo esse raciocínio o projeto que será desenvolvido junto à comunidade quilombola irá dialogar com as memórias dos moradores dessa localidade seja através de entrevistas com jovens, adultos e idosos.

Conforme BEZERRA (2012, p.5) coloca que a rememoração seja um ato constante na vida do idoso que, em momentos de ócio, transcorre longos períodos de imersão no passado. Antes de ser um ato nostálgico por natureza, propõe-se a escuta das histórias de idosos, carentes de vínculos familiares e sociais, como um ato terapêutico em si, além de uma contribuição para a memória social a qual acrescentam com sua visão de mundo.

Para Candau (2011, p.118), “Transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo.” Ou seja, tanto a transmissão de saberes, quanto a experiência registrada na memória a partir de memórias cumulativas são constitutivos da identidade da pessoa e sem tais memórias ou sem o ato de compartilhamento não haveria identidade. Segundo Candau (2011, p. 59) “A perda de memória é, portanto, uma perda de identidade”.

Através das pesquisas desenvolvidas por estudiosos da temática identidade surgem novos estudos sobre a memória dos seres humanos em sociedade, seus saberes, fazeres e modos de sentir. Gilbert Durant (2001) conceitua que identidade não é apenas uma extensão do objeto, mas uma representação que permite “compreensão”, ou seja, o conjunto de “qualidades” e “atributos” que o significam<sup>5</sup>.

A memória não pode ser vista como meramente uma fonte receptora e de armazenamento, ela é dinâmica e está dialeticamente relacionada ao pensamento histórico selecionando o que irá armazenar por maior período ou apagar aquilo que dará espaço para novas experiências.

MILNER (1998) complementa que “One of the most important conceptual developments in cognitive theorizing is the subdivision of memory into three separate processes of encoding, storage and retrieval.

Mais uma vez é enfatizado no texto a fragmentação da memória e sua subdivisão seja através da codificação, armazenamento e recuperação assim reforçando que a memória tem seu caráter dinâmico, individual e social.

Com isso sabemos que a memória é individual e social, visto que quem lembra é o indivíduo, entretanto essa memória individual não está isolada, pois “um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo à lembrança dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela

---

<sup>5</sup>DURAND, Gilbert. **O Imaginário**: ensaio a cerca das ciências sociais e da filosofia da imagem. Trad. Renée. Eve Levié. 2 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001, p. 81.

sociedade”<sup>6</sup>. Essas referências ou fragmentos de lembranças servem para cristalizar momentos de nossa história, sejam eles individuais ou coletivos.

Pierre Nora afirma que:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história. Momento da articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993. P.7).

Através dessas representações a memória evoca o passado em busca de um diálogo com o presente, entretanto, antes de evocar essas memórias é necessário conhecer a história do lugar, buscar em registros, documentos, arquivos históricos e museus relatos sobre o local, e seus descendentes. A historiografia e o método etnográfico irão auxiliar no entendimento dos relatos dessa memória.

A memória, enquanto evocadora do passado traz as informações e as experiências de um fato vivido, partindo do individual para o coletivo, e apresenta-se de várias formas, podendo ser usada de maneiras diferentes. Conforme Izquierdo, a memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (2002, p.89). Através das lembranças, podemos acessar nossas memórias e, assim, fortalecer nossa identidade, que é nutrida por nossas memórias. Mas como as memórias se manifestam?

Conforme Candau (2012, p.21-24), mais importante que memória enquanto faculdade humana é necessário analisar as formas como se manifesta variando de acordo com os indivíduos, grupos ou sociedades. A primeira é a protomemória ou de baixo nível, configurada como memória social, incorporada ao longo dos anos durante a construção dos saberes do indivíduo e suas experiências mais resistentes. A protomemória ocorre sem tomada de consciência, ou seja, de uma forma “imperceptível”, pois se apresenta na forma de caminhar, falar, sentir, pensar etc. A segunda é a memória propriamente dita ou de alto nível, uma memória de recordação ou reconhecimento, evocação deliberada ou de invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações e sentimentos), também feita de esquecimento assim derivando o fenômeno de expansão da memória. A terceira forma é a metamemória, ou seja, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória reivindicada.

Saindo do âmbito individual para social esses termos mudam visto que para Candau,(2012, p.24) a protomemória não se aplica a um grupo, pois nenhum grupo social come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, e sim, os indivíduos, membros de uma sociedade que adotam varias maneira de comer, dançar ou caminhar.

Então como explicar o que estamos vivendo no momento atual, onde se busca lembrar-se de tudo, surgem outras maneiras de guardar as lembranças, acessa-las ou torna-las patrimônio, como que não pudéssemos esquecer e sim deveríamos lembrar-nos de tudo.

Nesse contexto, RICOUER, fala da “justa memória”. Mas, como classificar a “justa memória”? Para CANDAU, “a ‘justa memória’ é uma memória que saberia manter o balanço entre o dever de memória e a necessidade do esquecimento” (2009, p.54), ou seja, busca manter o equilíbrio entre o que lembrar e o que esquecer.

Seguindo esse entendimento a memória é dividida em três diferentes fases do sensorial, a curto e a longo prazo onde a sensorial conforme o próprio nome destaca irá servir para segurar brevemente os estímulos (sensorial), a de curto prazo tem sua capacidade de

---

<sup>6</sup> HALBWACHS, M. “A invenção das tradições” In: HOBBSAWN, E. e RANGER, E, (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



armazenamento limitada e a de longo prazo armazenando o maior número possível de lembranças.

### Considerações finais

Procurou-se apresentar neste artigo discussões apresentadas durante a cadeira de Memória e Identidade relacionando as discussões com o futuro trabalho de conclusão do programa, entender as questões relacionadas à memória são de grande importância visto que estamos na era da globalização, do excesso de informações, de acontecimentos, mudanças há quase todo instante.

O acesso a tais memórias seja de uma maneira individual ou coletiva proporciona o despertar de lembranças que muitas vezes servem para reforçar um processo identitário, neste caso reforçando o uso do espaço, território, seus saberes e fazeres dos moradores de uma comunidade quilombola.

Mas ao acessar essas memórias principalmente quando em coletividade devemos prestar atenção que Candau fala que muitas vezes o fato de dizer, escrever ou pensar que existe uma memória coletiva comprova sua existência. Logo confundimos o discurso metamemorial, a única coisa atestada é a metamemória coletiva, ou seja, eles acreditam se recordar das mesmas coisas que os outros membros do grupo, ou seja, essa memória acessada em conjunto possibilita criara crença de que realmente esse fato ocorreu ou foi criado durante aquele acesso.

O trabalho ainda apresenta que existe uma fragmentação da vida coletiva e como que um processo quase que natural à sociedade busca mecanismos para salvaguardar suas identidades, mas nesse caso é necessário ter muito cuidado ao interpretar, sair a campo para desenvolver um projeto de pesquisa, visto que, o ato de lembrar e esquecer encontram-se no mesmo espaço e junto a ele está inserido diversos tipos de discursos, muitas vezes ideológicos, sendo às vezes articulados em nome do interesse de um determinado grupo social.

No caso dos quilombolas é importa fazer a seguinte pergunte. Qual memória esse grupo quer lembrar ou esquecer? A final, esquecer às vezes se torna necessário. A discussão sobre as lembranças continua em aberto e deveria gerar indagações para os pesquisadores que desenvolvem atividades relacionadas à memória e identidade, pois por mais que se tente chegar a uma conclusão sobre a memória continua em construção com tudo que já aconteceu, acontece e pode vir a acontecer.

### Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001.

Ameida, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertamos da definição arqueológica, In: LAITÃO, Sérgio (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. Documentos do ISA, N. 5. 1999. Vitória/ES.

BEZERRA. Daniele Borges, LENEDEFF. Tatiana Bolivar. **Lugares de afeto nada empoeirados: Uma discussão sobre memória e identidade do idoso asilado, o registro como promoção de saúde mental**. XI Encontro Estadual de História. Furg 2012.

BOHN. Leticia Ribas Diefenthaeler. **Patrimônio Histórico cultural da Ilha da Rita: refletindo sobre identidades e heranças culturais**. Tamanini – Joinville: Ed. UNIVILLE, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**.

CANDAU, Joel. Conflits de memóire: pertinence d'une metaphore? In: BONNET, Véronique (sous la direction de). **Conflits de Mémoire**. Paris: Khartala, 2004.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Memória em Rede*, Pelotas, v.1,n.1, jan/jul.2009. p.43-58.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: contexto, 2011.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade: do indivíduo às retóricas holistas**. Memória e Identidade. Tradução Maria Leticia Ferreira, 1ªed., São Paulo: Contexto, 2012. p. 21-57

CAPA. **Revelando os quilombos do Sul**. Pelotas, 2010.

CHAUÍ, Marilena **Cidadania cultural**, 1ª Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DECRETO 4887/2003, de 20 de novembro de 2003, trata sobre a **regulamentação do reconhecimento de terras quilombolas**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm) Acesso em 05.08.2015.

DURAND, Gilbert. **O Imaginário**: ensaio a cerca das ciências sociais e da filosofia da imagem. Trad. Renée Eve Levié. 2 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

FERREIRA, Maria Letícia. **A Memória dos Santos Lugares**. Revista Memória em Rede. Pelotas, v.1, n1, dez. 2009/mar. 2010.

FERREIRA. Maria Letícia Mazzucchi, CERQUEIRA. Fabio Vergara. **Mulheres e doces: o saber-fazer na cidade de Pelotas**. Revista Patrimônio e Memória São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 255-276, janeiro-junho, 2012.

FUNARI, P. P. A. & PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 72p.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estudos históricos** [online]. 1989, vol.3, n.6, pp. 89-112.

MAETRI FILHO, Mario José. **O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAGALHÃES, Fernando **Museus Patrimônio e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição**. Porto, Portugal: Profedições, Ltda/ Jornal a Página. 2005.

MILLER, Brenda. **Cognitive neurosciences and the study of memory**. Neuron, Vol. 20, 445–468, March, 1998

NORA, Pierre apud LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.7.

REBOUÇAS, Jaqueline Argolo. **MEMÓRIA E IDENTIDADES: ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DE UMA CIDADE (AMARGOSA, 1930 – 1950)**. III Encontro Baiano de Estudos em Cultura. 2012.

RODRIGUES, Ana Ramos, SERRES, Juliane Primon. **Museu: memória e esquecimento, do individual ao coletivo**. Revista Mouseion. Canoas, n. 14, abr. 2013.

SOMBRA, Paula. Un parcours collectif autour du militantisme politique en Argentine : de la mémoire des « combattants révolutionnaires » aux discours sur la victimisation, **Conserveries mémorielles** [En ligne], # 15 | 2014.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976.

HALBWACHS, M. “A invenção das tradições” In: HOBBSAWN, E. e RANGER, E, (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.